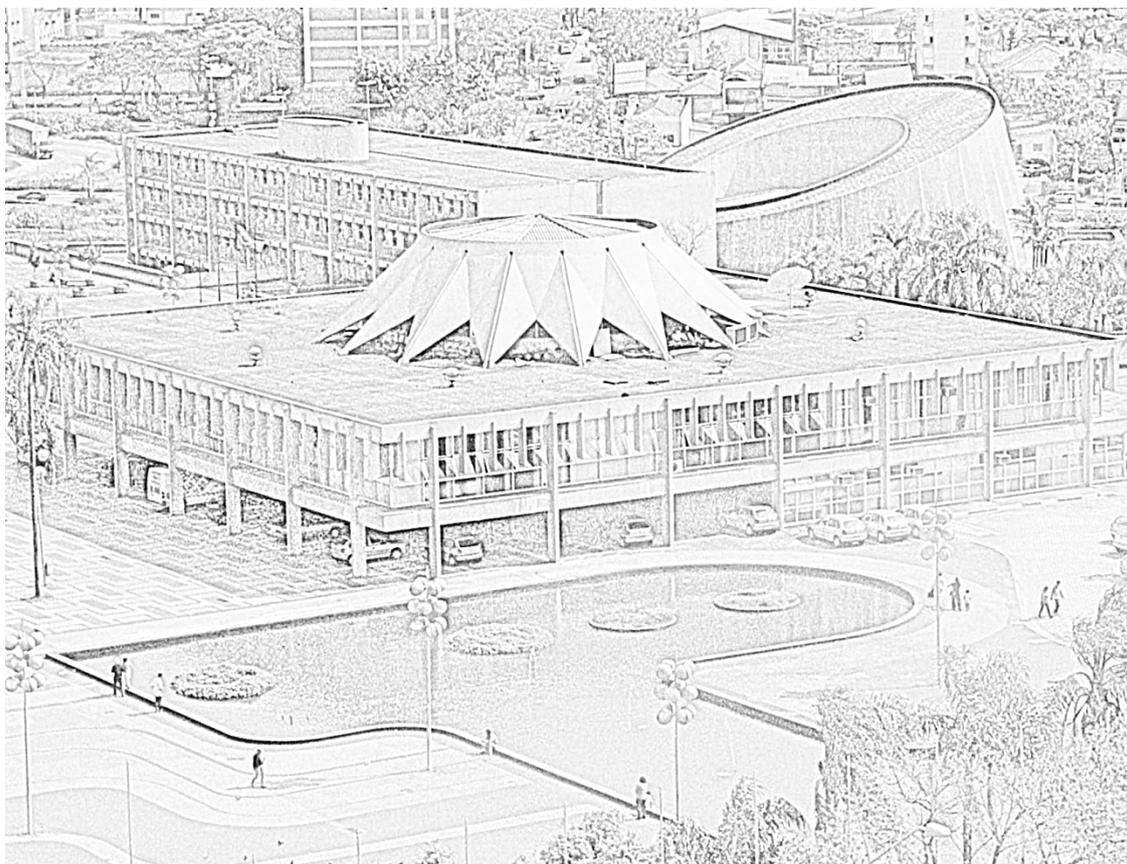


ANUAL

2016



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
Praça IV Centenário, Bloco 2 – Centro
CEP 09040-905, Santo André – São Paulo
(11) 3429-5800 – C.N.P.J.: 43.307.008/0001-08
controleinterno@cmsandre.sp.gov.br



RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO

Apresenta a avaliação dos dados demonstrados pelos Departamentos no Exercício de 2016

SANTO ANDRÉ-2017



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

MEMBROS DA MESA

Vereador Ronaldo de Castro
PRESIDENTE

Vereador Edson de Jesus Sardano
VICE-PRESIDENTE

Vereador Almir Cicote
PRIMEIRO SECRETÁRIO

Vereador Ailton Lima
SEGUNDO SECRETÁRIO

Vereador Aparecido Donizete Pereira
TERCEIRO SECRETÁRIO

CONTROLE INTERNO

Jandira de Farias Silva Carneiro
CONTROLADORA INTERNA

Isaac Bergens Lima
TÉCNICO LEGISLATIVO

Luciana da Cunha Figueiredo Pires
TÉCNICA LEGISLATIVA



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

Apresentação

Controle Interno da Câmara Municipal de Santo André vem apresentar seu Relatório de Auditoria, relativo ao Exercício de 2016, o qual visa dar atendimento às normas dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988; do artigo 54 parágrafo único e do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal; dos artigos 75 até 80 da Lei nº 4.320/1964 e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.8).

Este relatório contém informações obtidas através da execução da gestão administrativa, orçamentária e financeira do período analisado, relatando constatações, conclusões e recomendações deste Controle Interno, quando necessários, e abordando os seguintes itens:

01. AVALIAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	1
02. AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	2
03. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA	3
04. AVALIAÇÃO DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	4
05. AVALIAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL	5
06. LIMITE TOTAL DA DESPESA LEGISLATIVA	6
07. LIMITE DE GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO	7
08. LIMITE DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES	8
09. LIMITE SUBSÍDIO VEREADOR X DEPUTADO ESTADUAL	9
10. AVALIAÇÃO DO REPASSE DE DUODÉCIMO	10
11. AVALIAÇÃO DAS DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS	11
12. AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	12
13. AVALIAÇÃO DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS	13
14. DESPESAS COM ADIANTAMENTO	14
15. CUMPRIMENTO DE PRAZOS E ALERTA DO AUDESP	15
16. PROCESSOS LEGISLATIVOS	17
17. AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E CUSTEIOS PREVISTOS NO ORÇAMENTO	33
18. DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES	34
19. CONCLUSÃO	37

CAPÍTULO 1

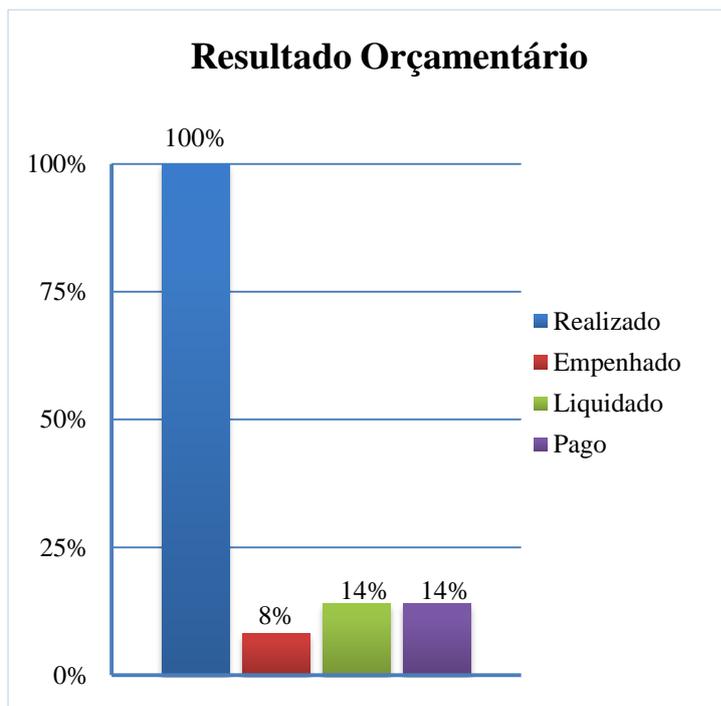
AVALIAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária, apresentada no quadro a seguir, demonstra os repasses financeiros recebidos ao longo do exercício de 2016 e seu resultado em relação à despesa empenhada, liquidada e paga.

	PREVISTO	REALIZADO NO MÊS	REALIZADO ATÉ O MÊS
REPASSE FINANCEIRO (IPSA):	6.184.000,00	515.333,33	6.184.000
REPASSE FINANCEIRO:	53.529.000,00	4.675.571,67	53.529.000,00
TOTAL DE REPASSES:	59.713.000,00	5.190.905,00	59.713.000,00

	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
DESPEZA CORRENTE:	47.835.704,68	89,36%	45.361.127,85	84,74%	45.360.363,51	84,74%
DESPEZA DE CAPITAL:	1.343.931,42	2,51%	637.026,76	1,19%	637.026,76	1,19%
TOTAL DA DESPESA:	49.179.636,10	91,87%	45.998.154,61	85,93%	45.997.390,27	85,93%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO:	4.349.363,90	8,13%	7.530.845,39	14,07%	7.531.609,73	14,07%

Abaixo segue o gráfico com o Resultado Orçamentário pela despesa empenhada, liquidada e paga.



Verifica-se que ao comparar o valor das transferências financeiras recebidas com as despesas efetivamente empenhadas, obtém-se um Resultado Orçamentário SUPERAVITÁRIO em relação à despesa empenhada, liquidada e paga.

Isto posto, constata-se que a tendência apontada no relatório do primeiro semestre se manteve até o fim do exercício analisado.

CAPÍTULO 2

AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Apresentamos abaixo uma relação das alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2016. Essas alterações, autorizados pela Lei Orçamentária Anual ou por Lei específica e atos promulgados pela Mesa, ilustram as suplementações e anulações de dotações orçamentárias correspondentes ao exercício objeto desta auditoria.

LEGISLAÇÃO		OCORRÊNCIA					
NÚMERO	DATA	DOTAÇÃO	NATUREZA	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO	NATUREZA	ANULAÇÃO
Ato nº 02	20/01/2016	01.01.01.031.0001.1001	4.4.90.51.00	R\$ 1.965.000,00	01.01.01.031.0001.2002	3.3.90.39.00	R\$ 2.000.000,00
		01.01.01.031.0001.2002	3.3.90.92.00	R\$ 35.000,00			
Ato nº 06	12/05/2016	01.01.01.031.0001.2002	3.3.90.39.00	R\$ 1.500.000,00	01.01.01.031.0001.1001	4.4.90.51.00	R\$ 1.500.000,00
Ato nº 08	17/06/2016	01.01.01.031.0001.2002	3.3.90.30.00	R\$ 200.000,00	01.01.99.999.9999.9999	9.9.99.99.99	R\$ 300.000,00
		01.01.01.031.0001.1002	4.4.90.52.00	R\$ 100.000,00			
Ato nº 09	12/07/2016	01.01.01.031.0001.1002	4.4.90.52.00	R\$ 100.000,00	01.01.01.031.0001.2002	3.3.90.30.00	R\$ 100.000,00
Ato nº 11	23/06/2016	01.01.01.031.0001.1001	4.4.90.51.00	R\$ 550.000,00	01.01.01.031.0001.2002	3.3.90.39.00	R\$ 450.000,00
					01.01.01.031.0001.2002	3.3.91.39.00	R\$ 100.000,00
Ato nº 12	02/09/2016	01.01.01.031.0001.2001	3.1.90.94.00	R\$ 1.300.000,00	01.01.01.031.0001.2001	3.1.90.11.00	R\$ 1.200.000,00
					01.01.01.031.0001.2001	3.1.90.13.00	R\$ 100.000,00
Ato nº 15	19/12/2016	01.01.01.031.0001.2001	3.1.90.94.00	R\$ 300.000,00	01.01.01.031.0001.1002	4.4.90.52.00	R\$ 300.000,00
TOTAL:		6.050.000,00			6.050.000,00		

Constata-se que os créditos adicionais suplementares e especiais no valor de R\$ 6.050.000,00, representaram 10,13 % da despesa prevista inicialmente.

Com relação à existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa, verifica-se que abertura dos créditos atendeu o disposto no art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

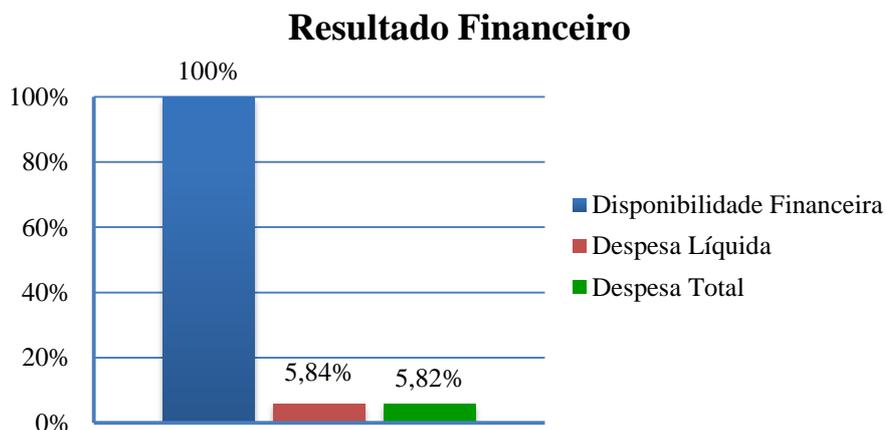
A execução financeira demonstrada abaixo apresenta o resultado obtido através de comparativos entre os saldos bancários e as despesas liquidadas e não liquidadas a pagar.

RESULTADO FINANCEIRO	VALORES	%
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	3.378.787,52	
(-) DESPESAS A PAGAR - LIQUIDADAS ¹	3.181.508,49	5,84%
(=) SUPERAVIT PELA DESPESA LIQUIDADA	197.279,03	
(-) DESPESAS A PAGAR - LIQUIDADAS E NÃO LIQUIDADAS ²	737,34	5,82%
(=) SUPERAVIT PELA DESPESA TOTAL	196.541,69	

¹ Compreende as obrigações reconhecidas a pagar, processadas no curto prazo.

² Registra o valor total das obrigações reconhecidas a pagar processadas, não processadas e demais obrigações a pagar.

Abaixo o gráfico com o Resultado Financeiro da despesa liquidada a pagar e despesa total a pagar.



Pode-se observar no quadro acima, o Resultado Financeiro SUPERAVITÁRIO, demonstrando que o Poder Legislativo teve disponibilidade financeira frente às despesas a pagar liquidadas, constatando neste caso que a disponibilidade financeira foi superior as despesas efetivamente realizadas e pendentes de pagamento.

CAPÍTULO 4

AVALIAÇÃO DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

O quadro a seguir demonstra as conciliações bancárias, comparando o saldo da contabilidade com o saldo do extrato bancário.

CONTA BANCÁRIA	SALDO		
	BANCO	CONTABILIDADE	DIFERENÇA
Banco do Brasil S.A.	3.378.810,48	3.378.787,52	22,96
HISTÓRICO		DATA	VALOR
Depósito de quebra de caixa de conta corrente - tarifa indevida cobrada pelo banco, valor a ser estornado pelo banco.		30/12/2016	22,96
TOTAL:		R\$ 3.378.787,52	R\$ 22,96

De acordo com o quadro acima, verifica-se que não há diferença da contabilidade para o extrato bancário, demonstrando que não há conta bancária com lançamento pendente.

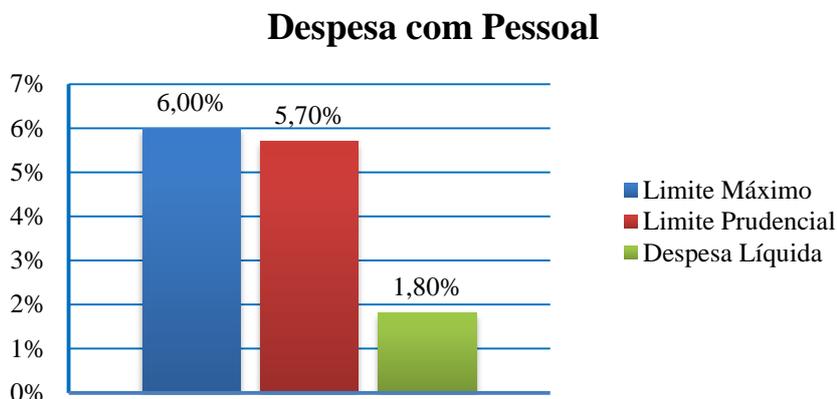
CAPÍTULO 5

AVALIAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

O quadro a seguir apresenta análise do percentual da Despesa Líquida com Pessoal do Poder Legislativo Municipal, comparada com a Receita Corrente Líquida do Município.

AVALIAÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	%	DEZEMBRO/2016	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.849.267.129,93		2.066.193.762,57	
LIMITE MÁXIMO DE GASTO (ART. 20 LRF)	110.956.027,80	6,00%	123.971.625,75	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL 95% (ART. 22 LRF)	105.408.226,41	5,70%	117.773.044,47	5,70%
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	35.513.100,31	1,92%	37.277.502,66	1,80%

Abaixo segue o gráfico referente ao percentual aplicado com despesa de pessoal em comparação ao limite máximo e ao limite prudencial.



Verificamos que a despesa líquida com pessoal representou no exercício de 2016 1,80% da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite previsto no art. 20, inciso III, "a", da Lei Complementar 101, de 04/05/2000.

Tendo em vista que o percentual apurado não excedeu o limite de 95% previsto no art. 22, parágrafo único da Lei Complementar citada anteriormente, o Poder Legislativo não está sujeito às vedações impostas nos incisos I a V do mesmo dispositivo.

CAPÍTULO 6

LIMITE TOTAL DA DESPESA LEGISLATIVA

O quadro a seguir apresenta o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

LIMITE DA DESPESA LEGISLATIVA ART. 29-A CF	VALORES (R\$)
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	710.210
RECEITA TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	1.157.762.081,32
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	4,50%
VALOR LIMITE À DESPESA LEGISLATIVA	52.099.293,66
TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO (b)	47.866.167,76
PERCENTUAL REALIZADO ^(C=B/A*100)	4,13%

Verifica-se que a despesa realizada pelo Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o percentual relativo ao somatório da Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior, atendendo, portanto, ao limite do artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.

Abaixo apresentamos a Receita Tributária Ampliada efetivamente arrecadada no exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	607.126.688,83
IMPOSTOS	599.003.167,54
IPTU	218.152.633,38
ISS	270.456.026,75
ITBI	52.743.717,12
IRRF	57.650.790,29
OUTRAS RECEITAS	8.123.521,29
TAXAS	8.123.521,29
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-
DEMAIS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	550.635.392,49
FPM	57.846.794,95
ITR	252,11
IPI-EXPORT	2.765.133,93
IOF/OURO	-
ICMS	355.995.120,09
IPVA	133.825.998,70
CIDE	202.092,71
RECEITA TRIBUTÁRIA AMPLIADA	1.157.762.081,32

CAPÍTULO 7

LIMITE DE GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO

O quadro a seguir apresenta o limite constitucional para gastos com folha de pagamento, comparado com o repasse financeiro da Prefeitura Municipal.

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO	VALORES (R\$)
REPASSE DA PREFEITURA	66.184.000,00
(-) CONTIGENCIAMENTO	-6.471.000,00
(-) APORTE FINANCEIRO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	-5.363.084,61
REPASSE TOTAL DA PREFEITURA	54.349.915,39
(-) INATIVOS PAGOS COM ORÇAMENTO DO LEGISLATIVO	-1.313.468,34
REPASSE LÍQUIDO	53.036.447,05
VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOAL CIVIL (ELEMENTO 31.90.11)	30.065.617,17
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS (ELEMENTO 31.90.94)	1.962.895,42
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS (ELEMENTO 33.90.08)	133.052,53
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL (ELEMENTO 31.90.16)	884.291,91
DESPESA TOTAL COM FOLHA DE PAGAMENTO	33.045.857,03
PERCENTUAL (DESPESA FOLHA PAGTO/TRANSF. REALIZADAS)	62,31%
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	70%

Constata-se que as despesas com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluído gasto com o subsídio de seus Vereadores, representou 62,31% das Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipal, não excedendo, portanto, o limite previsto na norma do § 1º, art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

CAPÍTULO 8

LIMITE DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES EM RELAÇÃO À RECEITA MUNICIPAL

O quadro a seguir demonstra se foi observado o limite constitucional de gastos com a remuneração dos vereadores do Poder Legislativo Municipal.

LIMITE DA DESPESA LEGISLATIVA	VALORES (R\$)
RECEITA TRIBUTÁRIA AMPLIADA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.157.762.081,32
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO - 5%	57.888.104,07
TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS ATÉ O PERÍODO	3.966.693,48
PERCENTUAL GASTO	0,34%

Verifica-se que a remuneração total dos Vereadores, excluídos os gastos com inativos, representou 0,34% da Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior, não ultrapassando, portanto, o valor de 5% estabelecido como limite pelo art. 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

Abaixo apresentamos a Receita Tributária Ampliada efetivamente arrecadada no exercício anterior.

RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	607.126.688,83
IMPOSTOS	599.003.167,54
IPTU	218.152.633,38
ISS	270.456.026,75
ITBI	52.743.717,12
IRRF	57.650.790,29
OUTRAS RECEITAS	8.123.521,29
TAXAS	8.123.521,29
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-
DEMAIS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	550.635.392,49
FPM	57.846.794,95
ITR	252,11
IPI-EXPORT	2.765.133,93
IOF/OURO	-
ICMS	355.995.120,09
IPVA	133.825.998,70
CIDE	202.092,71
RECEITA TRIBUTÁRIA AMPLIADA	1.157.762.081,32

CAPÍTULO 9

LIMITE DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES EM RELAÇÃO AO DEPUTADO ESTADUAL

O quadro a seguir apresenta a observância desta Casa quanto à limitação legal aplicada ao subsídio de vereadores em relação ao valor do subsídio pago aos deputados estaduais.

LIMITE PARA SUBSÍDIO DE VEREADORES	VALOR
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	710.210
SUBSÍDIO DEPUTADO ESTADUAL	25.322,25
PERCENTUAL MÁXIMO PERMITIDO	75%
VALOR LIMITE	18.991,69
COMPARAÇÃO INDIVIDUAL	
SUBSÍDIO DO VEREADOR	15.031,76
SUBSÍDIO DO PRESIDENTE	15.031,76
DIFERENÇA A MENOR	3.959,93
COMPARAÇÃO GERAL	
NUMERO DE VEREADORES	21
NÚMERO DE MESES	12
SUBSÍDIO DOS VEREADORES	3.788.003,52
VALOR MÁXIMO PARA VEREADORES	4.785.905,25
DIFERENÇA A MENOR	997.901,73

Constata-se que o subsídio dos vereadores e do Presidente da Câmara, fixados em R\$ 15.031,76, não superou o limite aplicado aos municípios com mais de 500 mil habitantes, de 75% do subsídio dos Deputados Estaduais, não excedendo, portanto, o limite previsto no art. 29, Inciso VI da Constituição Federal de 1988.

O demonstrativo a seguir apresenta o valor fixado na Lei Orçamentária Anual para o Legislativo comparado com a transferência financeira realizada pelo Poder Executivo.

MÊS	FIXADO	RECEBIDO	%	DEVOLVIDO
Janeiro	5.515.333,00	5.515.333,00	100,00%	-
Fevereiro	5.515.333,00	5.515.333,00	100,00%	-
Março	5.515.333,00	5.515.333,00	100,00%	-
Abril	5.515.333,00	5.515.333,00	100,00%	-
Maiο	5.515.333,00	5.515.333,00	100,00%	-
Junho	4.590.905,00	4.590.905,00	100,00%	-
Julho	1.590.905,00	1.590.905,00	100,00%	-
Agosto	5.190.905,00	5.190.905,00	100,00%	-
Setembro	5.190.905,00	5.190.905,00	100,00%	-
Outubro	5.190.905,00	5.190.905,00	100,00%	-
Novembro	5.190.905,00	5.190.905,00	100,00%	-
Dezembro	5.190.905,00	5.190.905,00	100,00%	10.533.363,90
TOTAL:	59.713.000,00	59.713.000,00	100,00%	10.533.363,90

Conforme apresentado no quadro acima, constata-se que o valor repassado ao Poder Legislativo atende ao valor fixado para o período, demonstrando o cumprimento ao art. 29-A, paragrafo 2º, inciso III da Constituição Federal de 1988.

CAPÍTULO 11

AValiação DAS DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS

O quadro a seguir apresenta a despesa paga com recolhimentos de encargos sociais e demais obrigações trabalhistas.

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS	PAGO NO MÊS (R\$)	PAGO ATÉ O MÊS(R\$)
FGTS	-	-
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	543.948,55	3.998.220,07
ENCARGOS DE PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES - RPPS	277.922,53	1.936.260,83
OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	-	-
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO - RPPS	-	-
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO PARA O RPPS	58.204,61	670.181,10
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	-	-
TOTAL:	880.075,69	6.604.662,00

Conforme apresentado no quadro acima, conclui-se que houve pagamento da despesa com encargos sociais e demais obrigações trabalhistas, demonstrando assim o cumprimento dos dispositivos das legislações vigentes.

O quadro a seguir demonstra o valor autorizado na Lei Orçamentária para investimento em obras, equipamentos e aquisição de imóveis, comparado com a despesa liquidada.

RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS	AUTORIZADO	LIQUIDADO	%
OBRAS E INSTALAÇÕES	1.291.840,41	600.853,75	46,51%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	52.091,01	36.173,01	69,44%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.343.931,42	637.026,76	47,40%

REPASSE FINANCEIRO RECEBIDO	59.713.000,00
PERCENTUAL DE INVESTIMENTO SOBRE O REPASSE	1,07%

Conforme demonstrado no quadro acima, a despesa liquidada com investimentos representou, até o período, 47,40% da despesa prevista para o exercício. Certifica-se que até o período analisado, o Poder Legislativo destinou para investimentos o equivalente a 1,07% das Transferências Financeiras Recebidas.

O quadro a seguir apresenta a despesa empenhada na Câmara Municipal com contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, comparada com a despesa total empenhada.

DESPESAS POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO	EMPENHADO	%
DESPESA EMPENHADA COMO CONCURSO	0,00	0,00%
DESPESA EMPENHADA COMO CONVITE	0,00	0,00%
DESPESA EMPENHADA COMO TOMADA DE PREÇOS	0,00	0,00%
DESPESA EMPENHADA COMO CONCORRÊNCIA	0,00	0,00%
DESPESA EMPENHADA COMO PREGÃO	2.082.590,37	45,84%
DESPESA EMPENHADA COMO BEC-BOLSA ELETRONICA	0,00	0,00%
DESPESA EMPENHADA COMO REGIME DE CONTRATAÇÃO DIRETA	0,00	0,00%
DESPESA EMPENHADA COMO DISPENSA DE LICITAÇÃO (II)	1.019.985,95	22,45%
DESPESA EMPENHADA COMO INEXIGIBILIDADE (III)	84.147,20	1,85%
DESPESA EMPENHADA COMO OUTROS/NÃO APLICÁVEL	0,00	0,00%
DESPESA EMPENHADA COMO ATAS DE PREÇOS (PMSA)	1.356.177,82	29,85%
TOTAL DE DESPESA EMPENHADA (I)	4.542.901,34	
TOTAL DE DESPESA EMPENHADA SEM LICITAÇÃO (IV) = (II+III)	1.104.133,15	
PERCENTUAL DE DESPESA SEM LICITAÇÃO = ((IV/I)*100)		24,30%

Conforme demonstrado no quadro acima, apura-se que até o período analisado, a despesa empenhada nas modalidades de licitação, previstas nos artigos 24 e 25, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade, da Lei Federal 8.666/93, representou 24,30% da despesa total.

Ao fazer análise somente da modalidade de licitação "Outros/Não Aplicável", constata-se que esta Casa não procedeu a contratações sem observar as determinações previstas na Lei Federal 8.666/93.

CAPÍTULO 14

AVALIAÇÃO DAS DESPESAS COM ADIANTAMENTO

O quadro a seguir apresenta os valores concedidos, utilizados, devolvidos e pendentes de prestação de contas das despesas em regime de adiantamento.

Data Empenho	Credor	Data Pagto.	Data Prest.	Natureza	Empenho/Solicitação	Empenhado	Devolvido
08/01/2016	LUIZ BORDONI FAMELLI	42381	42410	339039	21/2016	1.000,00	131,75
08/01/2016	MAURICIO GUERRA GONÇALVES	42380	42382	339039	22/2016	2.982,98	-
13/01/2016	ALEXANDRE RODRIGUES SILVA	42390	42419	339030	34/2016	1.500,00	406,59
25/01/2016	LUIZ BORDONI FAMELLI	42402	42425	339039	36/2016	1.000,00	281,82
12/02/2016	CRISTIANE MARQUES DE OLIVEIRA	42424	42452	339030	65/2016	1.500,00	922,89
04/03/2016	KLEYTON FACCINE GIMENEZ	42439	42467	339039	94/2016	1.500,00	748,50
23/03/2016	CRISTIANE MARQUES DE OLIVEIRA	42461	42489	339030	125/2016	1.500,00	333,39
07/04/2016	LUIZ BORDONI FAMELLI	42474	42503	339039	166/2016	1.000,00	441,70
13/04/2016	CRISTIANE MARQUES DE OLIVEIRA	42475	42487	339039	167/2016	950,00	-
02/05/2016	CRISTIANE MARQUES DE OLIVEIRA	42496	42524	339030	198/2016	1.500,00	1.071,05
10/05/2016	MAURICIO FARIA DOS SANTOS	42508	42513	339030	212/2016	375,74	-
12/05/2016	LUIZ BORDONI FAMELLI	42507	42537	339039	214/2016	1.000,00	179,00
17/05/2016	MANOEL PEREIRA DA SILVA	42509	42515	339030	217/2016	2.500,00	463,25
30/05/2016	CRISTIANE MARQUES DE OLIVEIRA	42527	42552	339030	243/2016	1.500,00	821,22
03/06/2016	LUIZ BORDONI FAMELLI	42538	42566	339039	253/2016	1.000,00	495,22
30/06/2016	ALEXANDRE RODRIGUES SILVA	42555	42584	339030	294/2016	1.500,00	1.400,00
08/07/2016	LUIZ BORDONI FAMELLI	42569	42599	339039	308/2016	1.000,00	243,64
02/08/2016	ALEXANDRE RODRIGUES SILVA	42585	42611	339030	332/2016	1.500,00	119,32
17/08/2016	LUIZ BORDONI FAMELLI	42613	42627	339039	346/2016	1.000,00	680,00
19/08/2016	ANTONIO CARLOS GONZAGA DOS SANTOS	42613	42618	339030	349/2016	480,00	-
23/08/2016	ALEXANDRE RODRIGUES SILVA	42606	42629	339030	351/2016	1.500,00	19,49
20/09/2016	PÉRCIO PARCIANELLO	42635	42660	339039	418/2016	1.000,00	610,00
22/09/2016	ALEXANDRE RODRIGUES SILVA	42635	42678	339030	419/2016	1.500,00	431,08
03/10/2016	MAURICIO FARIA DOS SANTOS	42661	42678	339030	420/2016	1.335,00	-
18/10/2016	PÉRCIO PARCIANELLO	42667	42692	339039	444/2016	1.000,00	817,90
25/10/2016	ALEXANDRE RODRIGUES SILVA	42669	42692	339030	451/2016	1.500,00	142,30
23/11/2016	ALEXANDRE RODRIGUES SILVA	42698	42720	339030	494/2016	1.500,00	987,67
23/11/2016	PÉRCIO PARCIANELLO	42702	42720	339039	496/2016	1.000,00	95,00
ADIANTAMENTOS 28					TOTAL	36.623,72	11.842,78

CAPÍTULO 15

CUMPRIMENTO DE PRAZOS E ALERTA AUDESP

O quadro a seguir apresenta a movimentação decorrente da remessa eletrônica de documentos exigidos pelo Tribunal de Contas através do Sistema AUDESP (Auditoria Eletrônica de Contas Públicas).

Tipo de Documento	Ano	Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo	Dt. de Entrega
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2015	07/01/2016	Sim	Sim	21/12/2015
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2015	02/02/2016	Sim	Sim	21/01/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	01/03/2016	Sim	Sim	01/03/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	30/03/2016	Sim	Sim	28/03/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	02/05/2016	Sim	Sim	29/04/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	31/05/2016	Sim	Sim	25/05/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	30/06/2016	Sim	Sim	24/06/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	01/08/2016	Sim	Sim	27/07/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	30/08/2016	Sim	Sim	24/08/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	30/09/2016	Sim	Sim	16/09/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	31/10/2016	Sim	Sim	31/10/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CONTABIL	2016	30/11/2016	Sim	Sim	28/11/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2015	07/01/2016	Sim	Sim	21/12/2015
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2015	02/02/2016	Sim	Sim	21/01/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	01/03/2016	Sim	Sim	01/03/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	30/03/2016	Sim	Sim	28/03/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	02/05/2016	Sim	Sim	29/04/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	31/05/2016	Sim	Sim	25/05/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	30/06/2016	Sim	Sim	24/06/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	01/08/2016	Sim	Sim	27/07/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	30/08/2016	Sim	Sim	24/08/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	30/09/2016	Sim	Sim	16/09/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	31/10/2016	Sim	Sim	31/10/2016
BALANCETE-ISOLADO-CONTA-CORRENTE	2016	30/11/2016	Sim	Sim	28/11/2016
LDO-INICIAL-ATA-AUDIENCIA-APROVAÇÃO	2016	01/02/2016	Sim	Sim	13/01/2016
LOA-INICIAL-ATA-AUDIENCIA-APROVAÇÃO	2016	01/02/2016	Sim	Sim	13/01/2016
Publ. RGF - Legislativo	2015	10/02/2016	Sim	Sim	29/01/2016
Publ. RGF - Legislativo	2016	06/06/2016	Sim	Sim	25/05/2016
Publ. RGF - Legislativo	2016	05/10/2016	Sim	Sim	30/09/2016
SisCAA	2015	01/02/2016	Sim	Sim	13/01/2016
Relatório de Atividades	2015	31/03/2016	Sim	Sim	16/03/2016
Fixação da Remuneração de Agentes Políticos	2015	31/03/2016	Sim	Sim	18/03/2016
Fixação da Remuneração de Agentes Políticos	2017	28/09/2016	Sim	Sim	27/09/2016
Concessão de Reajuste de Agentes Políticos	2015	31/03/2016	Sim	Sim	15/03/2016
Remuneração de Agentes Políticos	2015	31/03/2016	Sim	Sim	15/03/2016
Dados de Balanços Isolados	2015	31/03/2016	Sim	Sim	15/03/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2015	12/01/2016	Sim	Sim	11/01/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2015	17/02/2016	Sim	Sim	17/02/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	11/03/2016	Sim	Sim	02/03/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	11/04/2016	Sim	Sim	05/04/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	13/05/2016	Sim	Sim	06/05/2016

Tipo de Documento	Ano	Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo	Dt. de Entrega
Conciliações Bancárias Mensais	2016	13/06/2016	Sim	Sim	08/06/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	11/07/2016	Sim	Sim	05/07/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	11/08/2016	Sim	Sim	09/08/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	09/09/2016	Sim	Sim	02/09/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	13/10/2016	Sim	Sim	05/10/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	10/11/2016	Sim	Sim	07/11/2016
Conciliações Bancárias Mensais	2016	12/12/2016	Sim	Sim	12/12/2016
Questionário sobre Quadro de Pessoal e Transporte (somente 2015)	2015	02/02/2016	Sim	Sim	29/01/2016
Questionário sobre Quadro de Pessoal (a partir de 2016)	2016	30/05/2016	Sim	Sim	30/05/2016
Questionário sobre Quadro de Pessoal (a partir de 2016)	2016	30/09/2016	Sim	Sim	02/09/2016
Questionário sobre Transporte	2016	30/05/2016	Sim	Sim	23/05/2016
Questionário sobre Transporte	2016	30/09/2016	Sim	Sim	02/09/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2015	14/01/2016	Sim	Sim	13/01/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	10/02/2016	Sim	Sim	10/02/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	10/03/2016	Sim	Sim	04/03/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	11/04/2016	Sim	Sim	06/04/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	11/05/2016	Sim	Sim	04/05/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	10/06/2016	Sim	Sim	08/06/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	11/07/2016	Sim	Sim	06/07/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	10/08/2016	Sim	Sim	09/08/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	12/09/2016	Sim	Sim	05/09/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	13/10/2016	Sim	Sim	05/10/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	10/11/2016	Sim	Sim	07/11/2016
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	2016	12/12/2016	Sim	Sim	12/12/2016
BALANCETE-ISOLADO-ENCERRAMENTO-13-CONTA-CONTABIL	2015	05/02/2016	Sim	Não	22/02/2016
BALANCETE-ISOLADO-ENCERRAMENTO-13-CONTA-CORRENTE	2015	05/02/2016	Sim	Não	22/02/2016
BALANCETE-ISOLADO-ENCERRAMENTO-14-CONTA-CONTABIL	2015	12/02/2016	Sim	Não	22/02/2016
BALANCETE-ISOLADO-ENCERRAMENTO-14-CONTA-CORRENTE	2015	12/02/2016	Sim	Não	22/02/2016

OCORRÊNCIAS:

69

Verificamos que no exercício anterior, o encaminhamento de 94,20% dos documentos ocorreu no prazo definido e apenas 5,80% dos documentos foram enviados intempestivamente. Não houve ocorrência no que tange ao não envio de documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Referente à entrega intempestiva, bem como ao não envio de documentos, não houve por parte deste órgão qualquer ocorrência que contrarie as determinações da corte de Contas Estadual.

O quadro a seguir demonstra as sessões legislativas realizadas no exercício:

REGISTRO DAS SESSÕES REALIZADAS		
TIPO	DATA	ASSUNTO
ORDINÁRIA	02/02/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	04/02/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	11/02/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	16/02/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	18/02/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	23/02/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	25/02/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	01/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	03/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	08/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	10/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	15/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	17/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	22/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	29/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	31/03/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	05/04/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	07/04/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	12/04/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	14/04/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	19/04/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	26/04/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	28/04/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	03/05/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	05/05/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	10/05/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	12/05/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	17/05/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	19/05/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	24/05/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	31/05/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	02/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	07/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	09/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	14/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	16/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	21/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	23/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	28/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	30/06/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
EXTRAORDINÁRIA	26/04/2016	Sessão convocada pelo Presidente da Câmara conforme Artigo 99 do Regimento Interno
EXTRAORDINÁRIA	30/06/2016	Sessão convocada pelo Presidente da Câmara conforme Artigo 99 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	02/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	04/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	09/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	11/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	16/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	18/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	23/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno

REGISTRO DAS SESSÕES REALIZADAS		
TIPO	DATA	ASSUNTO
ORDINÁRIA	25/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	30/08/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	01/09/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	08/09/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	13/09/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	15/09/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	20/09/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	22/09/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	27/09/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	29/09/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	06/10/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	11/10/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	13/10/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	18/10/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	20/10/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	25/10/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	08/11/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	10/11/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	17/11/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	22/11/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	24/11/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	29/11/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	01/12/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	06/12/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
ORDINÁRIA	08/12/2016	Sessão Ordinária conforme Artigo 98 do Regimento Interno
EXTRAORDINÁRIA	22/09/2016	Sessão convocada pelo Presidente da Câmara conforme Artigo 99 do Regimento Interno
EXTRAORDINÁRIA	27/09/2016	Sessão convocada pelo Presidente da Câmara conforme Artigo 99 do Regimento Interno
EXTRAORDINÁRIA	29/11/2016	Sessão convocada pelo Presidente da Câmara conforme Artigo 99 do Regimento Interno
EXTRAORDINÁRIA	01/12/2016	Sessão convocada pelo Presidente da Câmara conforme Artigo 99 do Regimento Interno
TOTAL ORDINÁRIA		72
TOTAL EXTRAORDINÁRIA		6
TOTAL GERAL		78

As relações a seguir apresentam a totalidade de proposições que entraram na pauta no decorrer do exercício de 2016, agrupadas por tipo e por situação.

PROPOSITURAS REGISTRADAS POR TIPO	
TIPO	TOTAL
PL EXECUTIVO	47
PL CMSA	109
PDL	5
PR	3
VETO	26
TOTAL	43

PROPOSITURAS REGISTRADAS SITUAÇÃO	
SITUAÇÃO	TOTAL
APROVADO	71
TRAMITANDO	71
RETIRADO	11
ARQUIVADO	7
MANTIDO	18
REJEITADO	5
INTEMPESTIVO	2
TOTAL	185

Conforme demonstrado nos quadros acima, verificamos que, no exercício analisado, foram realizadas 72 (setenta e duas) Sessões Legislativas Ordinárias, 6 (seis) Sessões Legislativas Extraordinárias, totalizando 78 sessões no período. Foram ainda apresentados 47 (quarenta e sete) Projetos de Lei da Prefeitura Municipal, 109 (cento e nove) Projetos de Lei de Vereadores, 5 (quatro) Projetos de Decreto Legislativo, 3 (três) Projetos de Resolução e 26 (vinte e seis) Vetos.

Abaixo, apresentamos detalhadamente o registro de proposituras ocorrido no exercício analisado:

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL EXECUTIVO	1	16/02/2016	Revoga os parágrafos 6º e 8º do artigo 41 da Lei nº 8.703, de 22 de dezembro de 2004, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santo André.	APROVADO
PL EXECUTIVO	2	16/02/2016	Outorga concessão de direito real de uso de área do Município de Santo André ao Governo do Estado de São Paulo, para construção da sede da 3ª Companhia do 41º Batalhão da Polícia Militar.	APROVADO
PL EXECUTIVO	3	16/02/2016	Altera a Lei nº 1.492, de 02 de outubro de 1959, que instituiu o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Município de Santo André.	APROVADO
PL EXECUTIVO	4	16/02/2016	Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional da Administração Pública Municipal de Santo André.	APROVADO
PL EXECUTIVO	5	18/02/2016	Dispõe sobre normas urbanísticas aplicáveis a Estações Transmissoras de Radiocomunicação no Município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	6	18/02/2016	Autoriza repasse de subvenção econômica à Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André - CRAISA e dá outras providências.	APROVADO

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL EXECUTIVO	8	01/03/2016	Altera a Lei nº 9.871, de 11 de dezembro de 2015, que institui a Comissão de Regulação e Fiscalização de Saneamento Básico do Município de Santo André - CORESAB e o Fundo da CORESAB.	APROVADO
PL EXECUTIVO	9	03/03/2016	Concede subvenção suplementar à entidade cultural Sociedade Orquidófila de Santo André.	APROVADO
PL EXECUTIVO	10	15/03/2016	Desafeta da categoria de bem de uso comum do povo para categoria de bem público dominial, a área ocupada pela urbanização do Núcleo Galiléia.	APROVADO
PL EXECUTIVO	11	15/03/2016	Desafeta área da categoria de bem de uso comum do povo para categoria de bem público dominial e autoriza alienação das áreas descritas.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	12	17/03/2016	Altera a Lei nº 9.407, de 17 de março de 2012, que dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/06.	APROVADO
PL EXECUTIVO	13	22/03/2016	Dispõe sobre a denominação de Logradouro, Travessa localizada na Rua Jaguatirica - Recreio da Borda do Campo no Município de Santo André.	APROVADO
PL EXECUTIVO	14	29/03/2016	Dispõe sobre a concessão de subvenção às entidades que especifica.	APROVADO
PL EXECUTIVO	15	29/03/2016	Desafeta da categoria de bem de uso comum do povo para categoria de bem público dominial e autoriza a celebrar permuta de bem imóvel com particular.	APROVADO
PL EXECUTIVO	16	07/04/2016	Institui o Fundo Municipal de Proteção aos Animais no Município de Santo André.	APROVADO
PL EXECUTIVO	17	07/04/2016	Altera os arts. 49, 53, inciso I, e 88 da Lei nº 9.776/2015, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Santo André - SMC.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	18	07/04/2016	Altera a Lei nº 6.663 de 28 de junho de 1990, que instituiu o Fundo de Cultura do Município de Santo André junto ao Departamento de Cultura.	RETIRADO
PL EXECUTIVO	20	26/04/2016	Institui benefícios aos servidores públicos municipais da Administração Pública Direta e Indireta.	APROVADO
PL EXECUTIVO	21	03/05/2016	Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Santo André para o exercício de 2017.	APROVADO
PL EXECUTIVO	22	12/05/2016	Outorga concessão de direito real de uso de área do Município de Santo André ao Rotary Clube de Santo André Norte.	APROVADO
PL EXECUTIVO	23	19/05/2016	Altera a Lei nº 9.229, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre o Programa de Incentivo para empreendimentos habitacionais do Programa "Minha Casa, Minha Vida".	APROVADO
PL EXECUTIVO	24	24/05/2016	Denomina "Professor Pedro Cia" a creche municipal localizada na Avenida Tibiriçá, nº 500, na Vila Homero Thon, em Santo André.	APROVADO
PL EXECUTIVO	25	24/05/2016	Desafeta área da categoria de bem de uso comum do povo para categoria de bem público dominial e autoriza a permuta de bem imóvel com particular.	APROVADO

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL EXECUTIVO	26	24/05/2016	Autoriza o Executivo Municipal a alienar área pública, mediante doação, à Casa Lions de Adolescente de Santo André - CLASA.	APROVADO
PL EXECUTIVO	27	02/06/2016	Altera a Lei nº 9.835, de 10 de maio de 2016, que altera a Lei nº 9.407, de 17 de março de 2012, que dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/06.	APROVADO
PL EXECUTIVO	28	07/06/2016	Declara de utilidade pública a "Casa Espírita do Evangelho Irmã Marli".	APROVADO
PL EXECUTIVO	29	02/06/2016	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no Instituto de Previdência de Santo André - IPSA.	APROVADO
PL EXECUTIVO	30	14/06/2016	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional e dá outras providências.	APROVADO
PL EXECUTIVO	31	14/06/2016	Altera a classificação viária da Rua Otávio Cândido, prevista nos Anexos XXVII, Mapa 11 e Anexo XXVIII, Quadro 7 da Lei nº 8.696, de 17 de dezembro de 2004, que instituiu o Plano Diretor no Município de Santo André.	APROVADO
PL EXECUTIVO	33	23/06/2016	Dispõe sobre a abertura de crédito na Fundação de Assistência à Infância de Santo André - FAISA.	APROVADO
PL EXECUTIVO	34	21/06/2016	Desafeta da categoria de bem de uso comum do povo para categoria de bem público dominial e autoriza a celebrar permuta de bem imóvel público com particular.	APROVADO
PL EXECUTIVO	35	23/06/2016	Dispõe sobre a abertura de crédito adicional e dá outras providências.	APROVADO
PL EXECUTIVO	36	30/16/16	Denomina o próprio público Escola Municipal de Educação Ambiental Parque Tangará, a unidade educacional localizada no interior do Parque Escola.	TRAMITANDO
PL CMSA	1	02/02/2016	Dispondo sobre a prestação de assistência religiosa nos hospitais da rede pública e privada e outros estabelecimentos de internação coletiva estabelecidos no município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	2	02/02/2016	Dispondo sobre a proibição do uso de telefone celular por profissionais da saúde e pacientes/usuários em hospitais, casas de saúde, postos de saúde, consultórios médicos e odontológicos e estabelecimentos de coleta e análise clínicas no âmbito do município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	3	02/02/2016	Dispondo sobre a instalação de equipamento denominado eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	4	02/02/2016	Dispõe sobre a instituição do "Dia Municipal da Igreja Evangélica Assembleia de Deus" no Município de Santo André.	APROVADO
PL CMSA	5	02/02/2016	Dispõe sobre a Regularização de Construções Clandestinas e Irregulares no Município de Santo André e dá Outras Providências.	APROVADO
			Apresentado Projeto Substitutivo, protocolo 002014, em 03/03/16.	
PL CMSA	6	02/02/2016	Visando a regularização das construções no Município de Santo André nas condições descritas e dá outras providências.	RETIRADO

CAPÍTULO 16

PROCESSOS LEGISLATIVOS

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL CMSA	7	02/02/2016	Assegura o direito de desembarque entre paradas obrigatórias (pontos de ônibus) às mulheres, e dá outras providências.	RETIRADO
PL CMSA	8	02/02/2016	Dispõe sobre a instituição do Projeto "Cãolega" no âmbito da rede municipal de ensino do Município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	9	04/02/2016	Altera a Lei .º 9792/2015 que Institui no âmbito do Município de Santo André, a realização de feiras de adoção de cães e gatos na Rua Coronel Oliveira Lima e dá outras providências.	APROVADO
PL CMSA	10	11/02/2016	Dispõe sobre: "A obrigatoriedade dos estacionamentos públicos e privados em geral, do município de Santo André, em numerar as vagas destinadas aos idosos, deficientes e portadores de necessidades especiais, para a devida autuação de infração por irregularidade no estacionamento, em vagas determinadas e exclusivas, e para o efetivo cumprimento da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e as normas do CONTRAN, e dá outras providências".	RETIRADO
PL CMSA	11	11/02/2016	Denominado: que destina 1% do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU para investimento no esporte amador.	TRAMITANDO
PL CMSA	12	16/02/2016	Dispõe sobre: "Tornar obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade "home care" no município, e dá outras providências."	RETIRADO
PL CMSA	13	23/02/2016	Dispõe sobre os cargos em comissão na Câmara Municipal de Santo André, em conformidade com o artigo 37, II, da Constituição Federal, dando nova estrutura ao quadro de comissionados vinculados aos gabinetes dos Vereadores e dá outras providências.	APROVADO
PL CMSA	14	16/02/2016	Institui o programa de apoio aos portadores de esclerose múltipla no Município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	15	16/02/2016	Dispõe sobre a proibição do emprego de veículos de tração animal, a condução de animais com carga e o trânsito montado em todas as vias públicas asfaltadas ou calçadas no Município de Santo André.	APROVADO
PL CMSA	16	18/02/2016	Denominando "PRAÇA ALTAIR VALENTIM" o trecho limítrofe do Setor 14 da Quadra 52, o qual se trata de uma ilha localizada na confluência da avenida das Nações com a Rua Jorge Bereta, no Parque Erasmo Assunção.	APROVADO
PL CMSA	17	23/02/2016	Altera a Lei 1.492, de 2 de outubro de 1959, autorizando o Executivo a conceder licença gestante à servidora que realizar adoção de criança e adolescente e dá outras providências.	RETIRADO
PL CMSA	18	23/02/2016	Dispõe sobre a criação de programa municipal de saúde vocal e auditiva aos professores e integrantes do quadro do magistério e do quadro de apoio da rede municipal de ensino, e dá outras providências.	APROVADO
PL CMSA	19	23/02/2016	Dispõe sobre atualização semanal da relação de medicamentos disponíveis na REMUME- Atenção básica, no site da prefeitura.	APROVADO
PL CMSA	20	23/02/2016	Dispõe que todas as escolas municipais fixem, junto à entrada principal, painel exibindo o seu Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - IDEB.	TRAMITANDO
PL CMSA	21	23/02/2016	Dispõe sobre a criação do sistema de utilização de águas pluviais nos prédios públicos municipais e dá outras providências.	APROVADO

CAPÍTULO 16

PROCESSOS LEGISLATIVOS

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL CMSA	22	25/02/2016	Altera a Lei 1.492, de 2 de outubro de 1959, autorizando o Executivo a conceder licença gestante à servidora que realizar a adoção de criança e adolescente e dá outras providências.	APROVADO
PL CMSA	23	25/02/2016	Institui o Dia Municipal dos Profissionais da Educação.	APROVADO
PL CMSA	24	25/02/2016	Dispõe sobre a revogação das Leis Municipais nº 670/51, nº 1.800/62 e do Decreto 10.600/82, o qual denomina como "Praça Helena" logradouro público.	TRAMITANDO
PL CMSA	25	01/03/2016	Institui o "Dia do Samba", manda preservar as características da música popular e dá outras providências.	APROVADO
PL CMSA	26	01/03/2016	Denomina Rua Manoel Augusto de Azevedo o logradouro público localizado no trecho compreendido entre as Travessas 06 e 12, no Núcleo de Vila Gamboa.	APROVADO
PL CMSA	27	03/03/2016	Denominando "PRAÇA DA GAROA" - confluência das ruas da Garoa, dos Ventos e Arco-Íris, na Vila João Ramalho.	TRAMITANDO
PL CMSA	28	03/03/2016	Altera a Lei 8.151 de dezembro de 2000, que dispõe sobre as normas de cobrança da taxa de limpeza pública e institui a tarifa de coleta e disposição final de resíduo sólido não residencial no município de Santo André.	APROVADO
PL CMSA	29	03/03/2016	Dispõe sobre a criação do Programa Farmácia Solidária a ser desenvolvido nos Postos de Saúde do Município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	30	08/03/2016	Dispõe sobre a instituição da "Semana Municipal da Enfermagem" e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	31	08/03/2016	Dispõe sobre a instituição do "Dia Municipal do Músico Evangélico" no município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	32	08/03/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de emissão Otoacústicas Evocadas Transientes, denominado "Teste da Orelhinha", em bebês imediatamente após o nascimento, nas maternidades e hospitais da rede municipal de saúde do município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	33	15/03/2016	Institui o Programa de Educação do Futuro no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e adota providências correlatas.	TRAMITANDO
PL CMSA	34	15/03/2016	Dispõe sobre a Concessão de Benefícios Tributários Relativos ao IPTU e ISS como incentivo para atividades que contribuam para a revitalização do Centro de Santo André, e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	35	15/03/2016	Dispõe sobre a doação de aparelhos auditivos pelo poder público municipal aos munícipes portadores de deficiência auditiva.	APROVADO
PL CMSA	36	15/03/2016	Dispõe sobre a criação de espaços de ressocialização do morador de rua e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	37	15/03/2016	Institui o Dia Municipal da Saúde Mental e Antimanicomial, a ser comemorado anualmente no dia 10 de outubro.	APROVADO
PL CMSA	38	17/03/2016	Dispõe sobre instituir cota de dormitórios acessíveis e adaptáveis às pessoas com deficiência em hotel, apart-hotel, pousada e similar.	TRAMITANDO
PL CMSA	39	17/03/2016	Dispõe sobre critérios para a contratação de fornecedores na forma da Lei Ficha Limpa e dá outras providências.	APROVADO

CAPÍTULO 16

PROCESSOS LEGISLATIVOS

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL CMSA	40	17/03/2016	Dispõe sobre o "Programa casa segura" para autorização e classificação de funcionamento de estabelecimentos públicos ou comerciais privados de entretenimento, de alimentação e de eventos no Município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	41	17/03/2016	Altera a Lei .º 7772/1999 que estabelece multa aos indivíduos autuados em flagrante no ato de pichar bens públicos ou particulares no âmbito do município e dá outras providências.	APROVADO
PL CMSA	42	17/03/2016	Dispõe sobre o estímulo ao 'teatro na escola', no âmbito do município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	43	22/03/2016	Dispondo sobre a obrigatoriedade dos hospitais públicos e privados e instituições congêneres a notificarem ocorrências de uso de bebida alcoólica ou entorpecentes por crianças e adolescentes.	ARQUIVADO INCONST.
PL CMSA	44	22/03/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de saúde básico para todos os alunos da educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino.	ARQUIVADO INCONST.
PL CMSA	45	22/03/2016	Dispõe sobre o envio à Câmara Municipal dos contratos publicitários do Executivo para autorização.	ARQUIVADO INCONST.
PL CMSA	46	29/03/2016	Dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya.	TRAMITANDO
PL CMSA	47	29/03/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Prefeitura Municipal exigir das fundações, instituições e ONG's, as quais prestam serviços para o Município, a aplicação de prova específica e objetiva, ao invés de somente a análise curricular, dos candidatos que pretendem ocupar as respectivas vagas, com exigência de nível superior ou conhecimento técnico específico, cujos salários serão providos por meio de repasse de verba pública municipal, estadual ou federal.	TRAMITANDO
PL CMSA	48	29/03/2016	Visando denominar "Parque Centro de Artes e Esportes Unificados Professor Acylyno Bellisomi" (Parque CEU das Artes Professor Acylyno Bellisomi), o logradouro público conhecido como Praça das Jaboticabeiras, localizado entre as Ruas Engenheiro Alfredo Heitzmann Júnior e Birigui, Jardim Marek.	APROVADO
PL CMSA	49	29/03/2016	Dispõe sobre a proibição da guarda de veículos em vias e logradouros públicos do município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	50	31/03/2016	Denomina Praça Missionária Elza Aparecida Carreira área localizada na esquina da Avenida Capitão Mário Toledo de Camargo com a Rua Procópio Ferreira, no Jardim Ipanema.	ARQUIVADO INCONST.
PL CMSA	51	31/03/2016	Dispõe sobre: "A obrigatoriedade dos estacionamentos públicos e privados em geral, do município de Santo André, em numerar as vagas destinadas aos idosos, deficientes e portadores de necessidades especiais, para a devida autuação de infração por irregularidade no estacionamento, em vagas determinadas e exclusivas, e para o efetivo cumprimento da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e as normas do CONTRAN, e dá outras providências".	ARQUIVADO INCONST.

CAPÍTULO 16

PROCESSOS LEGISLATIVOS

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL CMSA	52	31/03/2016	Dispõe sobre: "Tornar obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade "home care" no município, e dá outras providências."	ARQUIVADO INCONST.
PL CMSA	53	31/03/2016	Dispõe sobre a instituição da jornada de 30 horas semanais para Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem, integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, no Município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	54	31/03/2016	Dispõe sobre a reestruturação administrativa da Câmara Municipal de Santo André, cria cargos, extingue e cria funções gratificadas e cargos em comissão de livre provimento e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	55	05/04/2016	Institui a "Escola Municipal de Línguas" e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	56	12/04/2016	Instituindo o Dia Municipal de Combate ao Câncer Infantil, a ser comemorado anualmente no dia 27 de agosto.	RETIRADO
PL CMSA	57	12/04/2016	Dispõe sobre o programa de valorização dos profissionais do sistema de limpeza pública urbana do Município de Santo André.	ARQUIVADO INCONST.
PL CMSA	58	14/04/2016	Denomina a Creche situada na Rua Lopes Trovão, s/n.º, Jardim Carla, Santo André, "Creche Professora Maria Ruth Koch Manfrin Croque".	APROVADO
PL CMSA	59	19/04/2016	Altera a Lei 8.510, de 11 de junho de 2003 e dá outras providências.	APROVADO
PL CMSA	60	26/04/2016	Visando denominar "PRAÇA ANTONIO FERRARI" o logradouro situado na esquina da Rua Lavrinhas com Rua General Estilac Leal, no Jardim Flórida.	TRAMITANDO
PL CMSA	61	26/04/2016	Visando alterar o artigo 2º da Lei 9.801 de 17 de março de 2016.	TRAMITANDO
PL CMSA	62	26/04/2016	Concede reajuste salarial aos servidores da Câmara Municipal de Santo André.	APROVADO
PL CMSA	63	26/04/2016	Altera a lei 6.835 de 17 de outubro de 1991 que dispõe sobre a organização administrativa da Guarda Municipal de Santo André.	APROVADO
PL CMSA	64	03/05/2016	Dispõe sobre a permissão da presença voluntária de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente, nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	65	03/05/2016	Dispondo sobre a obrigatoriedade dos Equipamentos Públicos de Saúde da cidade de Santo André contarem com no mínimo 10% dos quadros de funcionários versados na Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS.	TRAMITANDO
PL CMSA	66	03/05/2016	Objetivando a criação do Programa de estímulo e implantação gradativa de grupos Escotistas na rede ensino Municipal de Santo André.	TRAMITANDO

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL CMSA	67	05/05/2016	Dispõe sobre a organização da coleta seletiva em condomínios residenciais e comerciais no município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	68	10/05/2016	Instituindo a "Semana Municipal da Bíblia" no âmbito do Município de Santo André, a ser comemorado na semana que antecede o 2º domingo do mês de dezembro de cada ano, e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	69	10/05/2016	Visa alterar a Lei Municipal nº 9.822, de 28 de abril de 2016, passando a denominar o Conjunto Habitacional Vereador José Nanci como Conjunto Habitacional Engenheiro José Nanci.	APROVADO
PL CMSA	70	10/05/2016	Institui o "Sistema Municipal de Coleta Móvel de Sangue", no âmbito do Município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	71	10/05/2016	Institui o "Programa Bilíngue" voltado ao ensino da língua inglesa para crianças e adolescentes no município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	72	10/05/2016	Dispõe sobre a divulgação no interior de veículos de transporte público municipal da Lei, nº 9.811 de 06 de abril de 2016, que determina a parada segura para pessoas de sexo feminino.	RETIRADO
PL CMSA	73	17/05/2016	Dispondo sobre a obrigatoriedade dos hospitais, prontos-socorros e clínicas de saúde a possuírem macas e cadeiras de rodas dimensionadas ergonomicamente para pessoas portadoras de Obesidade Mórbida e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	74	24/05/2016	Visando denominar "Praça Marielze Cirilo dos Santos" a área verde localizada na Rua Barbacena, classificação fiscal 21.011.030, Vila Linda.	TRAMITANDO
PL CMSA	75	24/05/2016	Instituindo normas para a implantação de equipamentos de proteção e segurança de recém-nascidos e crianças internadas em hospitais e maternidades municipais e particulares estabelecidos no Município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	76	31/05/2016	Denominando Rua Victório Dalla, o trecho limítrofe do setor 17, da quadra 92, o qual se trata de um logradouro que inicia na Rua Tuiuti e termina na Rua Xingú, no Bairro Vila Valparaíso.	TRAMITANDO
PL CMSA	77	31/05/2016	Dispõe sobre a nomeação da área localizada na Rua Mariano Procópio com Rua Joaquim Murtinho, no Jardim Aclimação de Praça Diego Teixeira Pacheco.	TRAMITANDO
PL CMSA	78	02/06/2016	Dispõe sobre a garantia de 30% de vagas para mulheres nos cargos em comissão do executivo e do legislativo do Município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	79	02/06/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de brigada profissional composta por bombeiros civis nos estabelecimentos que menciona, e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	80	07/06/2016	Visando Aplicação de Multas para os Praticantes de Trotes Contra o SAMU - Serviço de Assistência Médica de Urgência e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	81	14/06/2016	Dispõe sobre incentivos à doação de sangue no Município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL CMSA	82	16/06/2016	Dispõe sobre a prevenção e o combate ao assédio sexual na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional.	TRAMITANDO

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL CMSA	83	21/06/2016	Altera o artigo 20 da Lei nº 9.809/2016, que dispõe sobre a regularização de construções clandestinas no município de Santo André.	APROVADO
PL CMSA	84	21/06/2016	Altera o artigo 22 da Lei nº 9.809/2016, que dispõe sobre a regularização de construções clandestinas no município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	85	21/06/2016	Denomina "Parque Tangará" o Parque Municipal localizado na Rua Anacleto Popote, nº. 46, Bairro Príncipe de Gales, Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	86	21/06/2016	Visando denominar "Praça da Democracia" o logradouro público localizado entre a Avenida dos Estados e a Avenida Ayrton Senna da Silva, Jardim Alzira Franco.	APROVADO
PL CMSA	87	21/06/2016	Dispõe sobre alteração da Lei, nº 9.811 de 06 de abril de 2016, que dispõe sobre o embarque e desembarque de pessoas do sexo feminino, no período noturno, no transporte coletivo urbano do Município.	TRAMITANDO
PL CMSA	88	23/06/2016	Visando denominar logradouros localizados no Núcleo Lamartine - Jardim Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	89	23/06/2016	Dispõe sobre alterar a denominação da "Praça Doutor Sérgio Cyrino da Silva" para "Parque Doutor Sérgio Cyrino da Silva".	TRAMITANDO
PL CMSA	90	30/06/2016	Visa alterar a Lei Municipal nº 8.948 de 04 de junho de 2007, que denomina logradouros do Loteamento Nova Cidade.	TRAMITANDO
PL CMSA	91	30/06/2016	Denomina logradouros localizados no Núcleo de Vila Gamboa.	TRAMITANDO
PL CMSA	92	30/06/2016	Visando instituir o "Festival do Cambuci de Paranapiacaba" no Calendário de Eventos Oficiais do município.	TRAMITANDO
PL CMSA	93	30/06/2016	Altera a Lei 9.843, de 03 de junho de 2016 que "Dispõe sobre o plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Santo André, e dá outras providências".	TRAMITANDO
PL CMSA	94	30/06/2016	Dispondo sobre a garantia aos professores readaptados na Rede de Ensino Municipal o direito à aposentadoria especial do magistério.	TRAMITANDO
PDL	1	02/02/2016	Visa conceder o Título de "Cidadão Honorário do Município de Santo André" para Vossa Excelência Reverendíssima DOM PEDRO CARLOS CIPOLLINI - BISPO DIOCESANO DE SANTO ANDRÉ.	APROVADO
PDL	2	17/03/2016	Visa conceder o Título de "Cidadão Honorário do Município de Santo André" ao Padre ODAIR GONÇALVES BEZERRA.	APROVADO
PDL	3	07/06/2016	Objetivando a outorga de Título de Cidadão Honorário do município de Santo André a senhora SORAIA ANDRÉ CÉSAR.	APROVADO
PDL	4	30/06/2016	Dispõe sobre a concessão de título de "Cidadão Honorário do Município de Santo André" ao Pastor Janildo Severino Simplício.	TRAMITANDO
PR	1	30/06/2016	Dispõe sobre os procedimentos e critérios de avaliação dos servidores dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Santo André.	TRAMITANDO
VETO	130/13	26/04/2016	Veto total ao Autógrafo nº 18/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 130/2013, que dispõe sobre o sistema de cobrança por tempo fracionado nos estacionamentos particulares do município de Santo André.	MANTIDO

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
VETO	156/13	19/04/2016	Veto total ao Autógrafo nº 13/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 156/2013, que dispõe sobre a permissão de uso para fins de moradia, estabelece procedimentos para retomada do bem público e dá outras providências.	MANTIDO
VETO	36/14	26/04/2016	Veto total ao Autógrafo nº 16/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 36/2014, que dispõe sobre a implantação mediante convênio do Programa Municipal denominado "Centro Dia do Idoso - Viva a melhor idade".	REJEITADO
VETO	96/14	26/04/2016	Veto total ao Autógrafo nº 17/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 96/2014, que dispõe sobre a instalação de telefone com linha direta à Ouvidoria Municipal em todas as unidades de saúde sob gestão do município.	MANTIDO
VETO	140/14	02/02/2016	Veto total ao Autógrafo nº 140/2015, referente ao Projeto de Lei CM nº 140/2014, que dispõe sobre a execução de limpeza em terrenos vagos pelos seus proprietários.	INTEMPESTIVO
VETO	153/14	02/02/2016	Veto total ao Autógrafo nº 141/2015, referente ao Projeto de Lei CM nº 153/2014, que autoriza o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André - SEMASA a instituir a campanha "Economia de Água em Santo André dá Prêmios", através de sistema de sorteio, visando estimular a economia de água no município, bem como autoriza a instituir o programa "Patrulha da Água", a fim de fiscalizar, através de disque denúncia, contribuintes que estejam desperdiçando água e orientar sobre a importância do consumo consciente.	MANTIDO
VETO	15/15	02/02/2016	Veto total ao Autógrafo nº 132/2015, referente ao Projeto de Lei CM nº 15/2015, que disciplina critérios para a disponibilização de informações referentes aos programas sociais municipais.	INTEMPESTIVO
VETO	36/15	02/02/2016	Veto total ao Autógrafo nº 144/2015, referente ao Projeto de Lei CM nº 36/2015, que dispõe sobre a permissão de ônibus e vans escolares devidamente identificadas a trafegar pelos corredores exclusivos de ônibus, e dá outras providências.	REJEITADO
VETO	47/16	02/02/2016	Veto parcial ao Autógrafo nº 149/2015, acompanhado das Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 047/2015, que dispõe sobre a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Santo André para o exercício de 2016.	MANTIDO
VETO	56/15	19/04/2016	Veto total ao Autógrafo nº 14/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 56/2015, que declara de Utilidade Pública o "Instituto Assistencial Guilherme Dias Frigatto Miguel - Instituto Força Gui".	REJEITADO
VETO	88/15	26/04/2016	Veto total ao Autógrafo nº 20/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 88/2015, que dispõe sobre a reserva de percentual mínimo de alvarás de permissão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros, mediante submissão a procedimento licitatório e utilização de veículos adaptados para pessoas com deficiência - PCD.	MANTIDO
VETO	95/15	12/05/2016	Veto total ao Autógrafo nº 33/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 95/2015, que cria o Programa de Voluntários da Gerência de Controle de Zoonoses do Município de Santo André, para pessoas físicas ou entidades protetoras de animais domésticos.	REJEITADO

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
VETO	113/15	14/04/2016	Veto total ao Autógrafo nº 12/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 113/2015, que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente Irmãos em Cristo - ABC".	REJEITADO
VETO	121/15	26/04/2016	Veto total ao Autógrafo nº 21/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 121/2015, que dispõe sobre assentos reservados para uso preferencial, a mulheres, idosos, obesos e pessoas portadoras de deficiência física, nos transportes públicos coletivos deste município.	MANTIDO
VETO	15/16	09/06/2016	Veto total ao Autógrafo nº 51/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 15/2016, que dispõe sobre a proibição do emprego de veículos de tração animal, a condução de animais com carga e o trânsito montado em todas as vias públicas asfaltadas ou calçadas e próprios públicos no Município de Santo André.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	37	09/08/2016	Altera o §2º do art. 45 da Lei nº 8.703, de 22 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santo André e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	38	23/08/2016	Dispõe sobre os objetivos, competências, atribuições, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº 7.342, de 05 de janeiro de 1996, e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	39	23/08/2016	Dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	40	16/08/2016	Dispõe sobre a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Santo André e dá outras providências.	APROVADO
PL EXECUTIVO	41	23/08/2016	Dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de Santo André, e dá outras providências.	APROVADO
PL EXECUTIVO	42	23/08/2016	Dispõe sobre o Plano Municipal de Cultura de Santo André, suas diretrizes, objetivos, estratégias, metas e ações.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	43	30/08/2016	Institui o Programa "E Agora, José", que consiste no trabalho socioeducativo em grupo com homens autores de violência doméstica contra as mulheres, e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	44	15/09/2016	Altera o §1º do art. 10 da Lei nº 9.723, de 20 de julho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Santo André - PME para o decênio de 2015-2025 e dá outras providências.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	45	27/09/2016	Institui o Conselho Mirim da educação infantil e do ensino fundamental regular da rede municipal de ensino do Município de Santo André, e dá outras providências.	APROVADO
PL EXECUTIVO	46	06/10/2016	Dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Santo André para o exercício de 2017.	APROVADO
PL EXECUTIVO	47	11/10/2016	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.649, de 23 de abril de 1998, que autoriza a cessão de servidores à Junta Comercial do Estado de São Paulo.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	48	18/10/2016	Institui e altera Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS no Município de Santo André.	TRAMITANDO
PL EXECUTIVO	49	17/11/2016	Denomina logradouros do Conjunto Habitacional Alzira Franco II.	TRAMITANDO

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL EXECUTIVO	50	29/11/2016	Dispõe sobre a extinção de funções do Quadro de Pessoal da Administração Pública Direta do Município de Santo André.	TRAMITANDO
PL CMSA	95	02/08/2016	Visando revogar o artigo 11 da Lei 8.923, de 26 de abril de 2.007, o artigo 12 da Lei 9.249, de 15 de julho de 2.010, a Lei 9.860, de 08 de julho de 2016, alterar os artigos 20 e 24 da Lei 9.809, de 31 de março de 2.016 que dispõe sobre a regularização de construções clandestinas e irregulares no Município de Santo André e dá Outras Providências.	APROVADO
PL CMSA	96	09/08/2016	Denomina o Centro Comunitário do Centro Educacional de Santo André (CESA) Parque Novo Oratório "Centro Comunitário Nelson Ribeiro".	APROVADO
PL CMSA	97	11/08/2016	Dispondo sobre a retirada de ZEIS-C (Zonas Especiais de Interesse Social, classe C), as áreas de classificação fiscal nº 02.167.003 e 02.126.012.	RETIRADO
PL CMSA	98	16/08/2016	Visa incluir no Calendário Oficial da Cidade o "Festival Folclórico".	APROVADO
PL CMSA	99	16/08/2016	Dispondo sobre a retirada de ZEIS-C (Zonas Especiais de Interesse Social, classe C), a área localizada à Rua Doutor Belizário Alves Tavares, s/nº, Vila Prosperidade, referente à classificação fiscal nº 02.126.012.	APROVADO
PL CMSA	100	23/08/2016	Instituindo a Semana Municipal de Combate ao Câncer Infantil, a ser comemorado anualmente no mês de agosto.	ARQUIVADO
PL CMSA	101	30/08/2016	Denominando "Maria Myrths Setti Braga" a passarela localizada acima da Avenida Pereira Barreto enfrente ao Shopping ABC e o Hospital Brasil, no bairro Vila Gilda, neste município.	RETIRADO
PL CMSA	102	01/09/2016	Dispõe sobre: "A gratuidade de duas (02) horas de estacionamento nos entes públicos do município de Santo André, para os idosos e portadores de deficiência física e da outras providências".	RETIRADO
PL CMSA	104	27/09/2016	Denomina "ELOÁ CRISTINA PIMENTEL DA SILVA" a Creche situada na Rua Primeiro de Dezembro nº 298 - Jardim Santo André.	APROVADO
PL CMSA	105	27/09/2016	Dispondo sobre os subsídios do(a) Prefeito(a), do Vice-Prefeito(a), dos(as) Secretários(as) Municipais e dá outras providências.	APROVADO
PL CMSA	106	18/10/2016	Denomina CRAS Carlos Nascimento Tigre o Centro de Referência e Assistência Social localizado na Rua Macaco Prego, 34, Recreio da Borda do Campo.	APROVADO
PL CMSA	107	20/10/2016	Denomina Praça Missionária Elza Aparecida Carreira a área localizada entre as Ruas Icaraí, Rua Chuí e Avenida Capitão Mário Toledo de Camargo, na Vila Pires.	ARQUIVADO
PL CMSA	108	10/11/2016	Denominando Vereador Emílio Pires Magalhães, o Pronto Atendimento Central, localizado na Praça IV Centenário nº 08, na Vila Bastos.	ARQUIVADO
PL CMSA	109	17/11/2016	Denominando "Myrths Setti Braga" a passarela localizada acima da Avenida Pereira Barreto enfrente ao Shopping ABC e o Hospital Brasil, no bairro Vila Gilda, neste município.	ARQUIVADO

CAPÍTULO 16

PROCESSOS LEGISLATIVOS

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
PL CMSA	110	01/12/2016	Dispõe sobre os cargos em comissão na Câmara Municipal de Santo André, em conformidade com o artigo 37, II, da Constituição Federal, dando nova estrutura ao quadro de comissionados vinculados ao Gabinete da Presidência e dá outras providências.	APROVADO
PDL	5	01/12/2016	Dispõe sobre Concessão de título de Cidadão Honorário do Município de Santo André ao Dr. Paulo Silas Castro de Oliveira.	ARQUIVADO
PR	2	09/08/2016	Regulamenta a aplicação da Lei nº 9.578/2014, que instituiu o controle interno no âmbito do poder legislativo municipal e dá outras providências.	APROVADO
PR	3	22/09/2016	Dispõe sobre os subsídios dos(as) Vereadores(as) para a Décima Sétima Legislatura (período de 2017 a 2020).	APROVADO
VETO	78/2013	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 72/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 78/2013, que proíbe a cobrança pelo uso do estacionamento de veículos em estabelecimentos hospitalares.	MANTIDO
VETO	31/2015	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 75/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 31/2015, que dispõe sobre a isenção de pagamento das taxas com realização de velório e sepultamento, nos cemitérios do município, aos doadores de órgãos ou tecidos.	MANTIDO
VETO	43/2015	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 76/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 43/2015, que visa revogar a Lei nº 7.735, de 21 de outubro de 1998, que institui no âmbito do Município de Santo André a feira de troca de livros escolares.	MANTIDO
VETO	63/2015	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 77/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 63/2015, que autoriza o Poder Executivo municipal a celebrar convênio com associações, ONG's protetoras de animais e/ou entidades que realizem atendimentos veterinários, a fim de instituir a Campanha "Veterinário no Bairro", que consiste no controle populacional de cães e gatos.	MANTIDO
VETO	107/2015	02/08/2016	Veto parcial ao Autógrafo nº 80/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 107/2015, que dispõe sobre o acesso às informações sobre bens imóveis cadastrados no Município de Santo André, perante as Secretarias de Finanças e de Controle Urbano e Habitação.	MANTIDO
VETO	110/2015	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 100/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 110/2015, que dispõe sobre a permissão da permanência, alojamento e manutenção de pelo menos um gato e/ou cachorro de pequeno e/ou médio porte em imóveis particulares, inclusive os pertencentes a condomínios, conjuntos habitacionais, núcleos habitacionais, de qualquer natureza, em suas respectivas unidades autônomas.	MANTIDO
VETO	9/2016	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 85/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 09/2016, que visa alterar o caput do art. 1º da Lei nº 9.792/15, que institui no âmbito do Município de Santo André a realização de feiras de adoção de cães e gatos na Rua Coronel Oliveira Lima e dá outras providências.	MANTIDO

PROPOSITURAS REGISTRADAS				
TIPO	NÚMERO	DATA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
VETO	18/2016	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 86/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 18/2016, que cria o Programa Municipal de Saúde Vocal e Auditiva aos professores e integrantes do quadro do magistério e do quadro de apoio da rede municipal de ensino.	MANTIDO
VETO	21/2016	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 88/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 21/2016, que cria o sistema de utilização de águas pluviais nos prédios públicos municipais.	MANTIDO
VETO	28/2016	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 92/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 28/2016, que altera a Lei nº 8.151, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a cobrança da taxa de limpeza pública.	MANTIDO
VETO	39/2016	02/08/2016	Veto total ao Autógrafo nº 95/2016, referente ao Projeto de Lei CM nº 39/2016, que dispõe sobre critérios para a contratação de fornecedores na forma da Lei da Ficha Limpa (Lei Federal nº 135/2010).	MANTIDO

CAPÍTULO 17

AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E CUSTEIO PREVISTOS NO ORÇAMENTO

O quadro a seguir apresenta os valores autorizados destinados na Lei Orçamentária Anual a Investimentos e Custeios, comparados com a despesa empenhada.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO:				
				60.000.000,00
AÇÃO DE GOVERNO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%
0002 – PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1001 – MELHORAR AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO LEGISLATIVO	1.291.840,41	2,15%	600.853,75	1,00%
1002 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	52.091,01	0,09%	36.173,01	0,06%
TOTAL	1.343.931,42	2,24%	637.026,76	1,06%
AÇÃO DE GOVERNO	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%
2001 – PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS DO LEGISLATIVO	39.916.314,73	66,53%	38.750.112,83	64,58%
2002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	7.919.389,95	13,20%	6.611.015,02	11,02%
TOTAL	47.835.704,68	79,73%	45.361.127,85	75,60%
TOTAL GERAL	49.179.636,10	81,97%	45.998.154,61	76,66%

Conforme apresentado no quadro acima, o valor empenhado e liquidado nas ações de governo de investimentos representou até o período, respectivamente, 2,24% e 1,06% do valor autorizado no orçamento.

Referente às ações de governo com manutenção e custeio, certificamos que foram empenhados 79,73% e liquidados 75,60% do valor autorizado no orçamento.

Avaliamos que até o período analisado, o Poder Legislativo executou em investimentos e custeio o equivalente a 76,66 % do orçamento aprovado para o exercício.

CAPÍTULO 18

DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES

O quadro a seguir relaciona as denúncias, os inquéritos e as representações feitas contra Câmara Municipal de Santo André por particular, Ministério Público e Tribunal de Contas Estaduais, no que tange a leis e atos, aos vereadores e aos editais:

DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES				
PROCESSO	DATA	ORIGEM	ASSUNTO	SITUAÇÃO
3581/2013	25/11/2013	PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DA COMARCA DE GUARULHOS	Solicita informações sobre a quantidade de assessores comissionados que cada vereador pode ter, a fim de instruir o inquérito civil 2577/13 - MP 14.0155.0002577/2013-9	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
		PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO DE SANTO ANDRÉ	Solicitação de informes acerca dos cargos de Assessor Técnico, especialmente sobre eventuais ocupantes, nomeação e posse.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
1116/2011A	03/02/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO DE SANTO ANDRÉ	Solicita informe acerca das inconformidades apuradas no julgamento das contas do exercício de 2010.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0604/2015	10/06/2015	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO DE SANTO ANDRÉ	Solicita informações sobre os funcionários comissionados nomeados para atuarem junto ao Gabinete do Vereador Roberto Rautenberg	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0237/2016	23/03/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES DE SANTO ANDRÉ	Solicita informações acerca de vigência da Lei Municipal nº 1840/62 e possíveis alterações	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0555/2007A	01/07/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO DE SANTO ANDRÉ	Instauração de inquérito civil, tendo por investigada a Câmara Municipal de Santo André (contratante) e a empresa contratada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços... com a finalidade de investigar eventual ato de improbidade administrativa decorrente das irregularidades noticiadas nos expedientes do processo junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, TC nº. 028594/07, e de buscar a devida reparação ao erário.	ARQUIVADO / INQUÉRITO ARQUIVADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
0016/2016L	14/07/2016	J Brasil Sistemas Integrados Ltda.	Representação formulada em face do edital administrativo nº L-16/2016, certame instaurado pela Câmara Municipal de Santo André objetivando a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de software de sistemas de gestão para a Administração Pública Municipal, destinados a atender o Legislativo Municipal de Santo André - SP, conforme especificação constante do Anexo I	ATENDIDA PELA CÂMARA / ARQUIVADA PELO TCE-SP

CAPÍTULO 18

DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES

DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES				
PROCESSO	DATA	ORIGEM	ASSUNTO	SITUAÇÃO
0035/2016L	25/11/2013	PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DA COMARCA DE GUARULHOS	Exame prévio pregão presencial nº22/2016, do tipo menor preço global, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mecânica de automóveis para manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e materiais necessários, componentes, acessórios, pneus, óleos lubrificantes genuínos e/ou de primeira linha, balanceamento, alinhamento, troca de pneus e serviço de reboque ou guincho, para atender às necessidades da frota de veículos oficiais.	REVOGADO PELA CÂMARA/ SUSPENSO PELO TCE
0534/2016	21/06/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE SANTO ANDRÉ	Solicita informações acerca de fatos relatados em representação anônima sobre cargos comissionados e desvios de função. Solicita informações referentes à nova denúncia recebida sobre desvios de funções.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0017/2016	29/01/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE SANTO ANDRÉ	Solicita informações acerca da representação de improbidade administrativa, nepotismo cruzado.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0561/2016	28/06/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, SAÚDE PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL DA COMARCA DE SANTO ANDRÉ	Requer informações acerca da representação sobre legislação municipal que trata de planos de cargos, carreiras e vencimentos de servidores da Câmara Municipal de Santo André, procedimento preparatório de inquérito civil.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0695/2016	26/08/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES DE SANTO ANDRÉ	Solicita informações sobre a previsão, nas leis orçamentárias de 2004 até o presente exercício, da subvenção prevista no artigo 18 da Lei 1840/62 pela PMSA em prol da Fundação Santo André.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0795/2016	04/10/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE SANTO ANDRÉ	Solicita informações sobre a aprovação da Comenda da Família de autoria do vereador Marcos Pinchiari.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTO EM ARQUIVO
0533/2016	21/06/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, SAÚDE PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL DA COMARCA DE SANTO ANDRÉ	Requisita informe acerca de representação de funcionária com dados completos da mesma, funções desempenhadas e efetiva permanência no gabinete para procedimento preparatório de inquérito civil 2949/16 vereador Marcos Pinchiari.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0033/2016	03/02/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE SANTO ANDRÉ	Requer informações acerca da denúncia referente à Reforma Administrativa e a Reforma no piso superior da CMSA.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO
0236/2016	22/03/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SUZANO	Requerer informações sobre o painel eletrônico desta casa: existência, empresa contratada para instalação e valor pago no contrato.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO

DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES				
PROCESSO	DATA	ORIGEM	ASSUNTO	SITUAÇÃO
0078/2015L	20/07/2016	ORIGINAL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA EPP	Impugna edital de contratação de oficina para pequenos reparos de funilaria e pintura nos veículos pertencentes a frota oficial do Legislativo	IMPROCEDENTE / ARQUIVADO
0020/2016L	14/06/2016	BOLLIMP COMERCIAL DE EMBALGENS DESCARTÁVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA	Impugna edital de contratação de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e conservação predial desta Casa de Leis.	DEFERIDO / ARQUIVADO
	04/07/2016	MOPP MULTISERVIÇOS LTDA	Impugna edital de contratação de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e conservação predial desta Casa de Leis.	DEFERIDO / ARQUIVADO
0886/2016	25/11/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE DE SANTO ANDRÉ	Requer informações a respeito da instalação de placas de vidro no plenário desta Casa	TRAMITANDO
0696/2016	24/08/2016	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES DE SANTO ANDRÉ	Solicita informações sobre a previsão nas leis orçamentárias de 2013 até o presente exercício, de valores destinados pela Prefeitura Municipal à implantação de Projeto de Residências Inclusivas no Município de Santo André – serviço lotado no Sistema Único de Assistência Social/Proteção das Pessoas com Deficiência.	ATENDIDA / AGUARDANDO DESDOBRAMENTOS EM ARQUIVO

A análise dos dados relacionados nos faz concluir que este Legislativo tem atendido as determinações, as recomendações e as solicitações feitas tanto pela Corte de Contas, pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público Estaduais; bem como as representações de particulares.

Dessa forma, as determinações legais nesse sentido estão sendo cumpridas, em especial as determinações constantes das normas da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Mediante nossas análises para o período, não vislumbramos ocorrências relevantes que mereçam remessa deste relatório ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no entanto, o mesmo será submetido à análise do Senhor Presidente desta Câmara Municipal.

E por ser a expressão da verdade, assino o presente relatório de Controle Interno.

Santo André, em 13 de fevereiro de 2017.

Jandira de Farias Silva Carneiro
Controladora Interna
(2016)